



A TRANSITIVIDADE VERBAL SOB A ÓTICA FUNCIONAL
VERBAL TRANSITIVITY UNDER THE FUNCTIONAL PERSPECTIVE

Mércia Suyane Vieira Mendonça¹
Gilson Chicon Alves²

RESUMO

A transitividade não implica uma dicotomia (transitivo x intransitivo), pois é um fenômeno gradiente, que diz respeito à gramática da oração como um todo e não apenas ao verbo. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral investigar de que modo a Linguística Funcional (LF) contribui para o ensino da transitividade verbal de uma forma reflexiva sobre a língua, a partir da proposta de Hopper e Thompson (1980). Para desenvolver esta proposta, fizemos uma comparação entre as abordagens tradicional e funcionalista acerca do tratamento da transitividade verbal. Uma questão norteou esta pesquisa: como a Linguística Funcional pode contribuir para um estudo gramatical que desperte no aluno sua competência comunicativa, visando a reflexão sobre a língua e oferecendo um ganho social? Partimos da compreensão de que a transitividade verbal está ligada às escolhas linguísticas motivadas pela situação de transferência entre um agente e um paciente. Assim, a depender do conjunto de características desses participantes, a sentença pode ser mais ou menos transitiva. Utilizamos como aporte teórico Cunha e Souza (2011), Cunha, Costa e Cezario (2015), Neves (2013), Faraco (2008), entre outros.

Palavras-chave: Funcionalismo. Transitividade verbal.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Brasil. E-mail: mercia_suyane19@hotmail.com

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Brasil. E-mail: gcario65@hotmail.com

ABSTRACT

The transitivity doesn't imply a dichotomy (transitive x intransitive) because it is a gradient phenomenon, which concerns the grammar of the sentence as a whole and not only the verb. Therefore, this work has the general objective of investigating how the Functional Linguistics (FL) contributes to the teaching of verbal transitivity in a reflexive way about language, based on the proposal of Hopper and Thompson (1980). To develop this proposal, we have written a comparison between the traditional and functionalist approaches regarding the treatment of verbal transitivity. A question guided all over this research: how can the Functional Linguistics contribute to a grammatical study that can bring to the student his/her communicative competence, aiming at reflecting on the language and offering a social gain? We began coming from the understanding that verbal transitivity is connected to linguistic choices motivated by the transference situation between an agent and a patient. Therefore, depending on the set of characteristics of these participants, the sentence can be more or less transitive. We had Cunha and Souza (2011), Cezario, Costa and Cunha (2015), Neves (2013), and Faraco (2008), among others, as theoretical supportings.

Keywords: Functionalism. Verbal transitivity.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em transitividade verbal a primeira coisa que nos vem à mente é a relação do verbo com seu complemento. Passamos anos de nossas vidas estudando cada tópico da gramática, decorando regras e exceções, memorizando nomenclaturas e até mesmo realizando exercícios de classificação que muito pouco contribui para o domínio da competência comunicativa do aluno. No entanto, ouvimos uma certa resistência ao ensino de gramática, e quando paramos para analisá-la, encontramos desconhecimento a respeito de como e para que ensiná-la.

São questões como essas que nos fazem enxergar que o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras ainda toma como referência a gramática tradicional, deixando de lado os aspectos textuais, discursivos, reflexivos e sociais, o que ocasiona vários problemas de diversas dimensões.

Gostaríamos de fazer uma volta ao passado para melhor compreender o motivo de a gramática ser, ainda, o centro dos estudos da língua materna. Primeiramente, é necessário que se compreenda que a língua “é uma entidade cultural e política e não propriamente uma entidade linguística”, o que implica dizer que não há definição de língua por critérios puramente linguísticos, e sim por critérios políticos e culturais (FARACO, 2008, p. 32).

Segundo Antunes (2007), os fatos linguísticos estão relacionados à história de um povo, aos seus esforços de expansão, ao controle e dominação territorial e política, à procura por uma hegemonia cultural, ou seja, serviu a interesses muito diversos e, portanto, é vista por diferentes óticas. Igualmente ocorre com a gramática. Herdamos dos gregos a concepção de gramática como “uma força controladora que preserva a língua contra possíveis ameaças e desaparecimentos ou até mesmo de declínio, seja pela ação de invasores,

seja pela ação dos próprios membros da comunidade de falantes” (ANTUNES, 2007, p. 35-36).

Em uma entrevista para o *site* nomeado *Mundo Escrito*, em maio de 2018, Carlos Alberto Faraco comenta um pouco sobre o ensino da sintaxe afirmando que “a discussão da sintaxe só faz sentido em correlação com a leitura e a produção (e refacção) de textos. O aluno precisa sentir na prática a relevância de estudar a sintaxe como meio para aprimorar sua expressão escrita”. Em outras palavras, a análise, muitas vezes, é feita no vazio, a análise pela análise.

Esse tipo de abordagem deixa bem claro vários prejuízos no ensino de língua materna, entre eles o de formar indivíduos incapazes de ler e escrever de modo eficaz. Portanto, há a necessidade de se pensar o ensino desse conteúdo de uma forma que promova o desenvolvimento da competência comunicativa do indivíduo para que ele possa cumprir a função de construir e compreender o conhecimento acerca do funcionamento da língua.

Então, no âmbito deste trabalho, tratamos especificamente da transitividade verbal à luz da teoria da (LF). Objetivamos investigar de que modo a Linguística Funcional (LF) contribui para o ensino da transitividade verbal uma forma reflexiva sobre a língua. Utilizaremos a proposta de Hopper e Thompson (1980) para estabelecermos um paralelo entre as abordagens tradicional e funcionalista a respeito da transitividade. Uma questão norteou esta pesquisa: como a Linguística Funcional pode contribuir para um estudo gramatical que desperte no aluno sua competência comunicativa, visando a reflexão sobre a língua e oferecendo um ganho social? Para tentar responder a essa questão, primeiramente, estabelecemos uma comparação entre as abordagens tradicional e funcionalista a fim de mostrar suas semelhanças e diferenças e destacar alguns aspectos do Funcionalismo para o tratamento da transitividade. Em seguida, ilustramos algumas possibilidades de aproveitamento das orações presentes nos livros didáticos analisados para mostrar que a vertente funcionalista, a partir de sua concepção de língua, apresenta um tratamento diferenciado à questão da transitividade.

Este trabalho está inserido na pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 70). É também uma pesquisa descritiva, pois os fenômenos analisados serão descritos à luz da teoria do Funcionalismo sobre o ensino das orações subordinadas substantivas subjetivas. É uma pesquisa prioritariamente documental, pois este tipo de pesquisa se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. De acordo com Freitas e Prodanov (2013), a utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

Nessa tipologia de pesquisa, os documentos são classificados em dois tipos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Gil (2002) define os documentos de primeira mão como os que não receberam qualquer tratamento analítico, como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, por exemplo. Os documentos

de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais quais os relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. No caso deste trabalho, os documentos utilizados foram livros didáticos brasileiros que foram comparados com materiais didáticos de cunho funcionalista.

Para essa comparação, fizemos uma leitura da bibliografia referente ao tema de análise e, na sequência, delimitamos nosso objeto de estudo e posteriormente sistematizamos os dados para a organização do material a ser utilizado, a exemplo de Cunha e Souza (2011), Cunha, Costa e Cezario (2015), Neves (2013), Faraco (2008), entre outros. A partir da seleção dos materiais foram feitas conversações entre autores contendo, sobretudo, comparações entre a gramática tradicional com gramática funcional e seus impactos no ensino. O material didático utilizado para a comparação é o *Manual compacto de gramática da língua portuguesa: ensino médio*, da autora Benedicta Aparecida Costa dos Reis (2010). Tal comparação se dará a partir da proposta de Thompson e Hopper (1980), da vertente funcional norte-americana.

Este trabalho está dividido da seguinte maneira: além dessa seção de “Introdução”, primeiramente, discutiremos sobre o funcionalismo linguístico e, posteriormente, trataremos da transitividade verbal nas perspectivas tradicional e funcional, de um modo comparativo. Na transitividade verbal à luz do Funcionalismo Linguístico são apresentados os dez traços/parâmetros propostos por Hopper e Thomson (1980), ou seja, faremos a comparação da transitividade nas duas abordagens (tradicional e funcionalista). Por último, na análise, mostraremos algumas propostas de aproveitamento obtidas por meio da comparação. Seguindo esse viés, a transitividade é vista como um processo contínuo e escalar, voltando-se para toda a sentença, a partir da valorização de todos os elementos externos (extralinguísticos) e internos (linguísticos).

2 LINGÜÍSTICA FUNCIONAL

A partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, segundo Kenedy e Martelotta (2015), três noções básicas passaram a caracterizar a evolução da linguística moderna: *sistema*, *estrutura* e *função*. A noção de *sistema* foi herança de Ferdinand de Saussure, pois o Estruturalismo considerava a língua como sistema autônomo.

Posteriormente, o termo *sistema* foi substituído por *estrutura*, considerando que a língua constitui um sistema e seus elementos se agrupam para formar um todo organizado. A análise estava restrita às relações de dependência internas em que os elementos se estruturam. Já a noção de *função*, ainda segundo Martelotta e Kenedy (2015), era um pouco problemática, pois havia várias definições e que nem sempre apresentavam características semelhantes. Os teóricos de Praga consideravam a noção de função em dois sentidos: “todos os sentidos do termo se relacionam com a dependência de um termo estrutural em relação a outro (estrutural ou não); pela função comunicativa do elemento” (KENEDY; MARTELOTTA, 2015, p. 13). O que caracterizou as análises da Linguística de Praga “foi a adoção de uma noção teleológica de função. Para eles, a língua deve ser entendida como um sistema funcional, no sentido de ser utilizada para determinado fim” (KENEDY; MARTELOTTA, 2015, p. 13).

Nesse caso, a intenção do locutor se configura como o fundamento do discurso. Essa concepção é concretizada no plano das tarefas, termo entendido como função, propósito ao qual os elementos linguísticos servem. Diante disso, podemos dizer que, embora os termos função e funcional apresentem diversas definições – às vezes pouco claras –, há um ponto em comum entre os diferentes autores: o de que esses termos somente têm sentido se levados em conta o propósito comunicativo e o contexto discursivo.

Pode ser notado que o Estruturalismo não foi um movimento unificado, pois apresenta características diferentes de acordo com diferentes autores. As diversas abordagens da Linguística Estrutural também variavam de acordo com o que se considerava como função e a ênfase dada a sua significância. Desse modo, as abordagens linguísticas se dividiram em dois polos: “a) *polo formalista*, no qual a análise ressalta a forma linguística, ficando sua função num plano secundário; b) *polo funcionalista*, no qual a função que a forma linguística desempenha no ato comunicativo tem papel predominante” (KENEDY; MARTELOTTA, 2015, p. 13).

O polo formalista, de modo geral, se caracteriza por considerar a língua um objeto autônomo, em que a estrutura não depende de situações reais de fala. Em contrapartida, o polo funcionalista é caracterizado por considerar a língua como um objeto não autônomo, cuja estrutura é maleável e está suscetível às pressões de uso. Já Dik (1978, *apud* Neves, 1994) elenca algumas diferenças entre essas duas correntes: o paradigma formal define a língua como um conjunto de orações, enquanto o paradigma funcional a considera como instrumento de interação social. Sobre a principal função da língua, o paradigma formal a enxerga como expressão do pensamento e já no paradigma funcional a principal função da língua é a comunicação.

No que concerne ao correlato psicológico, para o Formalismo se considera a competência, que seria a capacidade de produzir, interpretar e julgar orações, enquanto o funcionalismo considera a competência comunicativa, aqui compreendida pela habilidade de interagir socialmente com a língua. No que diz respeito ao sistema e seu uso, para o paradigma formal o estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação. Como atesta a passagem a seguir, o paradigma funcionalista estuda o sistema em seus quadros de uso:

O funcionalismo linguístico contemporâneo difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo – primeiro por conceber a linguagem como instrumento de interação social e segundo porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes. (CEZARIO, COSTA; CUNHA, 2015, p. 21).

Desse modo, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos. A estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, isto é, a situação

comunicativa é quem molda a estrutura, pois esta é uma variável dependente. O conceito de Funcionalismo em Linguística é ligado à Escola de Praga, mas é importante observar que ele tomou vida própria e independente. Segundo Cunha (2017, p. 158):

[...] na análise de cunho funcionalista, os enunciados e os textos são relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal, ou seja, o funcionalismo procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação.

Podemos ver que a corrente funcionalista vai além das estruturas das sentenças, pois ela lida também com a parte estrutural gramatical. No entanto, o faz acolhendo a situação comunicativa, vendo-a como “determinadora das estruturas em análise” (CUNHA, 2017).

É importante destacar algumas características centrais de uma gramática funcionalista, de acordo com Neves (2013). Como o foco fica na competência comunicativa do falante (que, em se tratando de termos interacionais, significa o conhecimento das convenções linguísticas), uma vez que este é o objetivo do ensino de português nas escolas, há equilíbrio entre questões internas e externas ao sistema, porque dentro da língua existem funções externas e tais funções influenciam a organização interna do sistema linguístico. Dessa forma, a língua não desempenha um papel autônomo; ela é moldada de acordo com a situação comunicativa em que o falante está inserido, com a integração dos componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos, entre outros.

Estão no centro de investigação do Funcionalismo, por exemplo, a relação entre discurso e gramática, pois todo discurso é constituído também por uma gramática e pelas escolhas do falante, porque há liberdade e também restrição nas escolhas. O falante constrói estruturas regulares e suas escolhas definem os efeitos pragmáticos; na motivação icônica, pois há uma relação entre forma e conteúdo, deve haver um equilíbrio entre eles. Já na gramaticalização, pela necessidade de se refazer e se reorganizar que a gramática tem, já que o funcionamento da língua é dinâmico. Nesse sentido, existem aspectos que o funcionalista destaca como centrais, como afirma Moura Neves (2013), o uso e o significado em relação à forma e o social.

3 TRANSITIVIDADE: PERSPECTIVAS TRADICIONAL E FUNCIONAL

A transitividade é um fenômeno bem complexo, por isso continua sendo alvo de grandes reflexões ainda hoje. O estudo de verbos vem sendo desenvolvido ao longo de muitos anos por gramáticos e linguistas, mas, mesmo assim, podemos perceber que existem muitos problemas no que diz respeito ao ensino de língua materna e à descrição ou análise mais criteriosa de verbos.

Conceituar a transitividade verbal não é uma tarefa fácil e isso pode ser justificado pelos vieses adotados por aqueles que se dedicaram a esse assunto. É sabido que mesmo as abordagens dos gramáticos de orientação

tradicional apresentam divergências. Portanto, uma compreensão e descrição do fenômeno da transitividade exige de qualquer linguista uma adoção de critérios claros para a análise que se pretende empreender.

Sabemos que muitos materiais pedagógicos têm um caráter prescritivo e isso evidencia as críticas que eles recebem. Dessa maneira, tendo em vista a multiplicidade de abordagens sobre os verbos e a pouca abrangência desse estudo nas gramáticas de língua portuguesa, surgiu a necessidade de realizar um estudo que mostre com clareza e profundidade a questão.

A transitividade, segundo a gramática tradicional, refere-se à transferência de uma atividade de um agente para um paciente. Desse modo, os verbos podem ser transitivos quando acompanhados por objeto direto ou indireto, ou intransitivo, quando não precisa de complemento.

Segundo Reis (2010), em seu *Manual compacto de Gramática da Língua Portuguesa*, um verbo é transitivo quando “o sentido do verbo transita para um alvo, um complemento que se liga diretamente ou indiretamente ao verbo” (REIS, 2010, p. 214). Denomina-se por “objeto direto” o termo ligado diretamente ao verbo, sem auxílio de preposição. Para ilustrar, mostraremos o mesmo exemplo utilizado pela autora: “para **ter** meus chinelos, meu vestido, meu perfume, meu casaco **dependo** de meu crédito, de minha ficha no fichário”. A autora segue explicando o exemplo os exemplos da seguinte maneira: quem tem **alguma coisa**; quem depende **de alguma coisa**. Sobre o verbo “ter”, não há preposição no complemento, portanto, ele é transitivo direto e seus objetos diretos são “meus chinelos, meu vestido, meu perfume, meu casaco”. Por sua vez, o exemplo do uso do verbo “dependo” apresenta preposição no seu objeto, portanto, é um verbo transitivo indireto e seus objetos indiretos são “de meu crédito, de minha ficha no fichário” (REIS, 2010, p. 214).

A transitividade e a regência verbal são tratadas, muitas vezes, como sinônimos, pois a transitividade se apoia na regência. Para a gramática tradicional, a transitividade é tratada como uma propriedade do verbo e não da oração, como podemos ver nos exemplos citados. Segundo Cunha e Souza (2011, p. 32):

A classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo se apoia na presença ou ausência de um SN objeto (critério sintático) exigido pelo significado do verbo (critério semântico). Conforme a ideia tradicional de transitividade, um verbo transitivo é aquele que descreve uma relação entre dois participantes de tal modo que um dos participantes age sobre o outro. Um verbo intransitivo é aquele que descreve uma propriedade, um estado ou uma situação que envolve apenas um participante. Na visão tradicional, portanto, os três elementos da transitividade (sujeito, ação e objeto) se coocorrem.

Uma alternativa para trabalhar a transitividade verbal é oferecida pela teoria da Linguística Sistêmico-Funcional, representada por Hopper e Thompson (1980). De acordo com essa teoria, a transitividade é entendida “não como uma propriedade categórica do verbo, como defende a gramática tradicional, mas como uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da

oração como um todo” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 37). É na oração que podemos observar as relações entre verbos e seus argumentos.

Em coautoria, Paul Hopper e Sandra Thompson publicam “Transitivity in grammar and discourse” (1980) e neste artigo os autores revolucionam a concepção de transitividade, tirando-a do âmbito estrito do verbo para colocá-la no discurso. Assim, Thompson e Hopper consideram o contexto discursivo como motivador para os fatos da língua, pois defendem que o sistema da transitividade está relacionado com a formação de planos no discurso. Os autores interpretam o conceito tradicional de transitividade como uma propriedade escalar constituída de dez parâmetros sintático-semânticos, independentes e covariantes. De acordo com a presença ou ausência desses parâmetros, a cláusula pode ser mais ou menos transitiva.

O fenômeno da transitividade, de acordo com esse modelo, apresenta um componente semântico e um componente sintático. Uma oração transitiva envolve pelo menos dois participantes: um agente, responsável pela ação, conhecido sintaticamente como sujeito, e um paciente, que é afetado por essa ação, o que chamamos de objeto direto. Esses participantes são chamados de argumentos do verbo. Do ponto de vista semântico, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades do agente, do paciente e do verbo envolvidos na oração. Do ponto de vista sintático, todas as orações que têm um objeto direto são transitivas, as que não tem são intransitivas. Segundo Cunha e Souza (2011, p.38):

Se uma oração codifica um evento semanticamente transitivo, o agente do evento é o sujeito da oração e o paciente do evento é o objeto direto da oração. Contudo, a manifestação discursiva de um verbo potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos, como a perspectiva a partir da qual o falante interpreta e comunica o evento narrado.

Cezario, Costa e Cunha (2015) discorrem sobre a formulação de Hopper e Thompson a respeito de um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da sentença. Cada parâmetro contribui para a ordenação de orações numa escala de transitividade. Segundo Cunha e Souza (2011), para Hopper e Thompson não há a necessidade da ocorrência dos três elementos (sujeito, verbo e objeto) para que uma oração seja transitiva.

Por sua vez, Cunha e Souza (2011, p. 46) afirmam ainda com a assertiva de que “embora independentes, os dez traços da transitividade funcionam juntos e articulados na língua, o que significa que nenhum deles sozinho é suficiente para determinar a transitividade de uma oração”. Do ponto de vista desses autores, os traços que definem a transitividade são os seguintes:

- (1) Participantes: a transferência implica o envolvimento de dois participantes. O traço participante se refere aos argumentos externos (sujeito) e internos (objeto) solicitados pelo verbo e são classificados como “agente” e “paciente”, podendo ocorrer simultaneamente ou não;

- (2) Cinese: ações podem ser transferidas de um participante a outro; estados, não;
- (3) Aspecto: uma ação vista de seu ponto final, ou seja, uma ação perfectiva, é mais eficazmente transferida para um participante do que uma ação cujo término não é apresentado;
- (4) Pontualidade: ações realizadas sem nenhuma fase de transição entre seu início e seu fim têm maior efeito sobre seus pacientes do que ações inerentemente contínuas. Desse modo, pode ser pontual, quando se refere a uma ação não durativa/acabada; e não pontual, quando se refere a uma ação durativa/não acabada, denotando, respectivamente, alta e baixa transitividade;
- (5) Intencionalidade: o efeito sobre o paciente é mais aparente quando a ação do agente é proposital;
- (6) Polaridade: ações que aconteceram (orações afirmativas) podem ser transferidas, ações que não aconteceram (orações negativas), não;
- (7) Modalidade: O traço modalidade da oração se divide em dois: *realis* e *irrealis*. A modalidade *realis* abrange as formas assertivas, reais, típicas do modo indicativo e o *irrealis* aponta as menos factíveis, hipotéticas, condicionadas ou opinativas, características do modo subjuntivo;
- (8) Agentividade: participantes com alta agentividade podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com baixa agentividade não podem;
- (9) Afetamento: o grau em que uma ação é transferida para um paciente depende do quão completamente esse paciente é afetado;
- (10) Indivuaçãoção: um paciente humano ou animado, concreto, singular, contável e referencial ou definido, é mais individuado do que um paciente sem essas propriedades.

A título de ilustração, Cezario, Costa e Cunha (2015) trazem exemplos do filme *Batman* com a seguinte oração: “Batman derrubou o Pinguim com um soco”. Pela classificação da gramática tradicional, esta oração é considerada transitiva, pois apresenta um objeto como complemento do verbo. Segundo a formulação de Hopper e Thompson, esta oração ocupa lugar mais alto na escala de transitividade por carregar todos os dez traços do completo: possui dois participantes (Batman e Pinguim), verbo de ação (derrubou), aspecto perfectivo (ação completa), verbo pontual (ação não durativa), sujeito intencional, oração afirmativa, oração *realis* (modo indicativo), sujeito agente (Batman), objeto afetado e individuado (Pinguim como referencial, humano, próprio, singular).

Cunha e Souza (2011) afirmam que a transitividade pode ser decomposta em suas partes componentes, cada uma delas focalizando uma faceta dessa transferência em uma porção diferente da oração:

Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações na escala de transitividade, de acordo com o grau de transitividade que manifestam. Assim, é toda oração que é classificada como transitiva, e não apenas o verbo. Tomados em conjunto, esses parâmetros permitem que as orações sejam classificadas como *mais* ou *menos* transitivas: quanto

mais traços de alta transitividade uma oração exibe, tanto mais transitiva ela é (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 50).

Cabe observar que, segundo Cezario, Costa e Cunha (2015), a transitividade é associada a uma função discursivo-comunicativa, ou seja, o maior ou menor grau de transitividade de uma cláusula reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seu propósito comunicativo. Os parâmetros que caracterizam a oração transitiva estão relacionados ao evento causal prototípico, definido como “um evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou locação em um objeto” (CEZARIO; COSTA; CUNHA, 2015, p. 31). Portanto, há uma correlação entre os traços que caracterizam o evento causal prototípico e os parâmetros que identificam a oração transitiva canônica.

4 TRANSITIVIDADE E PLANO DISCURSIVO

Nesta seção, vamos analisar a transitividade em orações retiradas do material *Manual compacto de gramática da língua portuguesa: ensino médio* (2010), da autora Benedicta Aparecida Costa dos Reis, aplicando a proposta de Hopper e Thompson, fazendo um contraponto entre as duas abordagens.

Em sua gramática, Reis (2010) traz alguns exemplos a respeito do tópico *complementos verbais*. Analisaremos os seguintes exemplos (grifos nossos): A) esta mancha indica **tudo**; B) amava **a vida**; C) o professor **ao aluno** repreendeu. A autora destaca os complementos verbais (objetos), ao tratar dos tipos de objetos diretos, pois ela afirma que tais objetos podem ser representados por substantivos (como em “A”), pronomes (como no exemplo “A”), objetos diretos preposicionados (mostrado no exemplo “C”), numerais, dentre outros. No manual em questão é oferecido ao leitor o conceito, os exemplos e os tipos de objetos. Não há nenhuma informação sobre motivações discursivo-comunicativas.

Pela formulação de Hopper e Thompson (1980), o exemplo “C” ocupa o ponto mais alto na escala de transitividade, pois possui dois participantes (o professor e o aluno), o verbo de ação (repreendeu) e o aspecto perfectivo (ação completa), pois a atividade de “repreender” é apresentada como completa. Nela, o verbo é pontual (ação não durativa), há o sujeito intencional, pois a ação do agente é intencional (ato de repreender) e a oração é afirmativa, sendo ela uma oração *realis*, pois a ação já ocorreu (modo indicativo), contendo sujeito agente (o professor), objeto afetado e individuado.

Em segundo lugar, na escala de transitividade está o exemplo “A”, pois apresenta dois participantes (esta mancha e tudo), verbo de ação, aspecto perfectivo (ação completa), verbo pontual (ação não durativa) e a oração é afirmativa, sendo oração *realis* (modo indicativo) e com sujeito agente (esta mancha). Podemos ver que este exemplo apresenta sete traços do complexo (grau 7).

Por sua vez, o exemplo “B” possui oração afirmativa; oração *realis* (modo indicativo), ou seja, possui apenas dois traços do complexo. O verbo desta oração é acinético (amava), por não apresentar ação; não-perfectivo, por não apresentar uma ideia acabada, e não-pontual, já que não apresenta um fato concluído. Portanto, esses traços não foram positivos. Numa visão

funcionalista, orações estruturadas com verbos psicológicos (que expressam sentimentos, afetividades) se revestem de um baixo grau de transitividade em decorrência da ausência de ação e intencionalidade, e da natureza do objeto.

Temos três tipos de situação com características diferentes sobre o sujeito e o objeto: no exemplo “C” temos um sujeito agente + objeto paciente afetado; em “A” temos sujeito agente + objeto não paciente; e, em “B”, um sujeito oculto agente + objeto paciente. Pela classificação da gramática tradicional, as três orações são consideradas igualmente transitivas, no entanto, a partir da formulação de Hopper e Thompson (1980), elas seguem uma escala, apresentando graus diferentes de transitividade.

Considerando que a transitividade oracional está relacionada a uma função pragmática, Cezario, Costa e Cunha (2015, p. 31) afirmam o seguinte:

O grau de transitividade de uma oração reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto narrativo, enquanto orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao fundo.

Para que os interlocutores possam partilhar ideias, o emissor orienta o receptor a respeito do grau de centralidade e de perifericidade dos enunciados.

Conforme se vê nos exemplos acima, se a oração apresentar dois participantes, a transitividade é alta; se possuir um participante, a transitividade é considerada baixa. Quanto à cinese, se o verbo for de ação (cinética), a transitividade é alta; já se o verbo for de não-ação (não cinética), a transitividade é baixa. Quanto ao aspecto, se o verbo for perfectivo, a transitividade é alta; se for não-perfectivo, a transitividade é baixa. Em se tratando da pontualidade, os verbos pontuais ou “punctuais” são de transitividade alta e os não-punctuais são de transitividade baixa. No que diz respeito à intencionalidade, a transitividade é considerada alta quando há uma intenção do sujeito e é tida baixa quando não há uma intenção do sujeito.

Ressalta-se que a pontualidade se refere ao inesperado de uma ação ou à ausência de uma fase transicional clara entre início e completude. A polaridade afirmativa implica na transitividade alta e a negativa, a transitividade baixa. Quanto à modalidade, quando o modo é *realis*, tem-se alta transitividade e quando não-*realis*, tem-se baixa transitividade. A agentividade indica alta transitividade quando os sujeitos de verbos transitivos são agentivos e apresenta baixa transitividade quando os sujeitos desses verbos são não-agentivos. Quanto ao afetamento, quando o objeto é afetado pela ação do verbo, decorrente de uma perfectividade semântica do verbo, a transitividade é alta e se o objeto for não-afetado, a transitividade é baixa. Em se tratando de individuação do objeto, o objeto individuado – isto é, quando o argumento referencial é definido – indica alta transitividade, e o objeto não-individado (pois os objetos indefinidos, associados a estruturas intransitivas) indicam baixa transitividade.

Consoante à gramática tradicional, todas as orações aqui analisadas são transitivas, pois são compostas por verbos que necessitam de complementos. Todavia, percebe-se que, na abordagem funcional, o que se evidencia está além de uma relação entre o tipo de verbo e seu complemento, isto é,

evidencia-se principalmente a relação sintático-semântica estabelecida simultaneamente com todos os elementos da sentença.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transitividade numa visão funcionalista consiste numa propriedade contínua da oração, um todo, e não uma propriedade categórica do verbo. É, pois, a gramática da oração, visto que é nela que se podem observar as relações entre o verbo e seus argumentos. Essa análise permite perceber que esse modelo desenvolve uma abordagem sobre a transitividade muito mais consistente do que as gramáticas tradicionais. Com isso, fica claro a necessidade de mais aprimoramento no modelo de explicação para a transitividade verbal.

A principal motivação deste trabalho foi a problemática relacionada ao ensino de gramática, em função do mau desempenho linguístico dos alunos na produção e na compreensão de textos e a consequente ideia – equivocada – de que o estudo da gramática não contribui ou é desnecessário para um melhor uso da língua.

Pudemos perceber que, na abordagem tradicional, o conteúdo é tratado com muita superficialidade e vagueza. Trata-se de mostrar as frases sem contexto, como visto no exemplo “esta mancha indica tudo” (Qual mancha? Tudo o que?) e o foco está em mostrar os tipos de objeto (substantivo, pronome, etc.).

A abordagem funcional mostra com mais clareza as motivações discursivas, semânticas e pragmáticas que cercam uma oração. A discussão desse fenômeno via traços/parâmetros viabiliza um saber que transita da ideia de pura classificação sintática para um processo facilitador da compreensão/interpretação textual, pois exige dos interlocutores a análise sentencial que considere o contexto discursivo, valorizando a inferência e a relação entre os elementos da sentença e os elementos extratextuais solicitados na situação comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino da língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. *In*: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 157-174.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. **Language**. v. 56, n. 2, 1980. p. 251-299.

KENEDY, E; MARTELOTTA. M. E. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: CUNHA, Maria Ângela Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo Toscano; OLIVEIRA, Mariângela Rios de. (orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

NEVES, M. H. de. M. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

REDAÇÃO. Carlos Alberto Faraco fala de revisão textual, de gramática e da língua. **Mundo Escrito**. Maio de 2018.

Disponível em: <https://mundoescrito.com.br/tag/carlos-alberto-faraco/>. Acesso em 01 de dez. de 2018.

REIS, Benedicta Aparecida Costa dos. **Manual compacto de gramática da língua portuguesa**: ensino médio. São Paulo: Rideel, 2010.